

RESENHA

COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos.** São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020.*

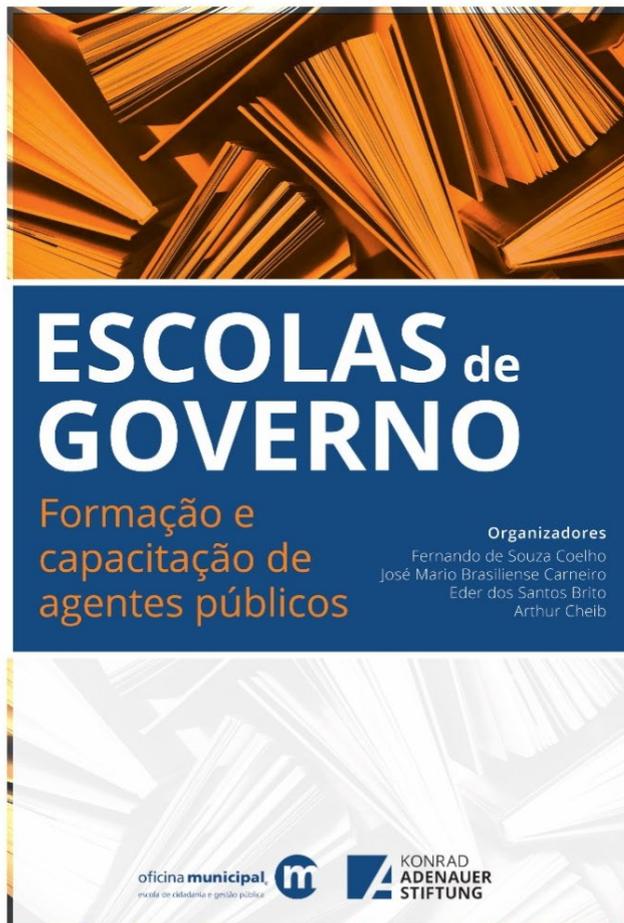
Fabício Ferreira de Medeiros^A

 <https://orcid.org/0000-0001-9420-671X>

Correspondência: fabricao.f.medeiros@hotmail.com

^A Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 25 nov. 2022 | **Aceito em:** 09 dez. 2022.



* Esta resenha foi produzida no âmbito das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, Estado e Cidadania (GEPPEC), vinculado à Escola de Gestão e Políticas Públicas da Fundação CEPERJ, instituída como Escola de Governo do estado do Rio de Janeiro.

Os debates realizados ao longo das eleições de 2022, no Brasil, muito embora tenham sido marcados por acusações e ataques pessoais, também chamaram a atenção do eleitor para a questão da gestão pública, da qualidade dos serviços públicos e da participação política. Independente de suas afinidades políticas e ideológicas, o cidadão precisa que suas necessidades sejam atendidas, o que implica na produção, manutenção e aperfeiçoamento de políticas públicas eficientes e inclusivas. Nesse sentido, as Escolas de Governo assumem um papel significativo, pois é através destas instituições que se tem buscado profissionalizar a burocracia pública e, ao mesmo tempo, aproximar a sociedade civil dos espaços decisórios, contribuindo para que o Estado responda, cada vez mais, às necessidades da população.

O livro publicado em 2020 pela Oficina Municipal em parceria com a Fundação Konrad Adenauer Brasil, intitulado *Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos*, responde à necessidade de conhecer o panorama e as lições aprendidas pelas Escolas de Governo no Brasil, com destaque para o estado de São Paulo e os seus municípios. Organizado por Fernando Coelho, José Carneiro, Eder Brito e Arthur Cheib, o livro se estrutura em 15 capítulos elaborados por 29 autores, oferecendo leituras gerais e estudos de caso sobre as ações empreendidas por diversas Escolas de Governo, revelando aprendizados, possibilidades de amadurecimento institucional e desafios encontrados em suas respectivas trajetórias.

Na primeira seção da coletânea, intitulada “Escolas de Governo: conceitos, referências e uma experiência internacional”, os autores delineiam um panorama sobre o tema no Brasil, seguido da apresentação da experiência da Oficina Municipal, da Escola de Governo do estado de São Paulo e da Escola Superior de Gestão Pública de Kehl. Já no primeiro capítulo, Fernando Coelho e Murilo Lemos (2020) explicam que, apesar de apenas a União, os estados e o Distrito Federal possuírem a obrigatoriedade de constituírem Escolas de Governo (BRASIL, 1998),¹ cerca de sete milhões de trabalhadores prestam serviços públicos nos 5.568 municípios brasileiros,² fato esse que traz a necessidade de desenvolver ações de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) ao

¹A EC nº 19, de 4 de junho de 1998, modifica o artigo 39 da Constituição Federal, determinando que “A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados” (BRASIL, 1998).

² Segundo o *Atlas do Estado Brasileiro*, 59,7% dos vínculos no emprego público encontram-se nos municípios (IPEA, 2019).

nível local, preferencialmente, no âmbito de Escolas de Governo subnacionais, cujo grau de institucionalização, até então, é o menor em comparação com as suas congêneres estaduais, distritais e federais (COELHO & LEMOS, 2020, p. 31).

No segundo capítulo, José Carneiro e Eder Brito (2020) tratam da Oficina Municipal, uma Escola de Governo criada na cidade de São Paulo em parceria com a Fundação Konrad Adenauer no Brasil. A exemplo do que acontece em outras Escolas de Governo, os autores destacam uma série de parcerias estabelecidas entre a Oficina Municipal, organizações do terceiro setor, do governo e Instituições de Ensino Superior (IES), com o fim de atuar como órgão de educação política e profissionalização do funcionalismo público. Criada em 2002 na condição de associação privada sem fins lucrativos, a Oficina tem se debruçado sobre diversos temas que dizem respeito à administração pública municipal, a exemplo de: políticas públicas, finanças públicas, recursos humanos, planejamento estratégico, contratos e convênios, técnicas legislativas, governo eletrônico, etc. (CARNEIRO & BRITO, 2020, p. 48). Com o apoio da Fundação Konrad Adenauer, a referida Escola de Governo ainda realiza viagens periódicas à Alemanha, visando que os gestores públicos brasileiros possam conhecer as boas práticas realizadas naquele país (CARNEIRO & BRITO, 2020).

No terceiro capítulo, Daniela Janotti e Fabio Cardoso (2020) dissertam sobre a trajetória da Escola de Governo do estado de São Paulo (Egesp), criada a partir da combinação de ações desenvolvidas desde meados da década de 1970 através da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), das Escolas Fazendárias (Fazesp) e das Escolas de Governo (Egap), fundidas em 2019 na Egesp. Tomando como fontes de pesquisa entrevistas realizadas junto a funcionários e dirigentes destas instituições, Janotti e Cardoso (2020) relatam os desafios encontrados na obtenção de financiamento, além do aprendizado adquirido por meio de parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e da absorção de pessoal que trabalhou no Ministério da Reforma Administrativa (MARE). Segundo os autores, a Egap treinou cerca de 70 mil servidores estaduais só entre os anos de 2004 e 2008, o que demonstra a importância da Escola de Governo para o estado e a melhoria do serviço público. Inclusive, vale ressaltar que o alcance das ações de T&D foi ampliado graças a um movimento progressivo de incorporação de novas Tecnologias de Informação e

Comunicação (TICs), com modalidades de ensino presencial e à distância, além do uso da televisão, vista como recurso pedagógico (JANOTTI & CARDOSO, 2020).

Em seguida, Jürgen Kegelmann e Gerhard Lauth (2020) apresentam a experiência da Escola Superior de Gestão Pública de Kehl (Alemanha), indicando as modalidades de cursos de formação oferecidas (bacharelado e mestrado) e a ênfase dada pela Escola à “digitalização, participação cidadã, europeização e internacionalização” (KEGELMAN & LAUTH, 2020, p. 110). Um aspecto interessante presente nos cursos de formação da referida Escola de Governo é a preparação do futuro servidor público para atuar nos diversos níveis da federação alemã, em diálogo com tendências internacionais e com a preocupação de aliar a teoria com a prática da administração pública, algo que também é perceptível nas Escolas de Governo brasileiras.

A segunda seção do livro, intitulada “Educação para a função pública no nível subnacional: boas práticas em São Paulo”, discorre sobre Escolas Superiores ligadas aos Poderes Executivo e Legislativo em âmbito estadual e municipal. Composta de cinco capítulos, esta seção é iniciada com o texto escrito por Milena Ranzini (2020), que traça um panorama das Escolas de Governo municipais. Após consultar dados disponibilizados pela Rede Nacional de Escolas de Governo, pela Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL), entre outras entidades e sites, a autora descobriu que 66 municípios paulistas possuem Escolas de Governo, distribuídas em 55% de Escolas do Poder Legislativo e 45% de Escolas do Poder Executivo, muitas das quais teriam sido criadas entre os anos de 2011 e 2015 (30 escolas). Na avaliação de Ranzini (2020, p. 130-131), é notório o amadurecimento destas Escolas, expresso na “ampliação da oferta formativa”, no “estabelecimento de parcerias com órgãos internos e externos”, na “participação em redes de escolas de governo”, na “melhoria da prestação dos serviços públicos”, entre outros fatores. Porém, ainda é preciso avançar mais, garantindo fontes regulares e mais robustas de financiamento, bem como a formação de pessoal qualificado para gerir as Escolas de Governo e uma infraestrutura que permita realizar as atividades de T&D conforme as demandas do governo e da administração pública.

José Parimoschi (2020), por sua vez, traz um relato de sua experiência como Secretário de Finanças da Prefeitura de Jundiaí (SP), Subsecretário de Orçamento e Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo. Segundo o gestor

público, foi realizada uma reforma administrativa na Prefeitura de Jundiaí entre os anos de 2017 e 2020, que resultou na redução de 28% dos cargos comissionados, seguida da atração de profissionais de carreira, da economia de R\$ 40 milhões aos cofres públicos, então disponíveis para investimentos nas áreas da saúde e educação, além da otimização da estrutura administrativa. Parimoschi (2010, p. 138) afirma que Jundiaí adotou um modelo sistêmico de gestão, organizado em plataformas e pautado no conceito de Orçamento por Resultados (OpR), conferindo maior coordenação setorial, participação cidadã, “[...] racionalidade, eficiência, eficácia e efetividade nas entregas à população”. Vale destacar nesta iniciativa governamental: i) a preocupação com a seleção de “[...] profissionais de carreira da Prefeitura, visando perenizar a continuidade dos trabalhos executados” (PARIMOSCHI, 2020, p. 141); ii) a participação de pessoas de dentro e fora da administração pública municipal na elaboração do plano plurianual de Jundiaí; iii) a introdução de ferramentas digitais de gerenciamento de projetos; e iv) a percepção sobre a necessidade de fortalecer as Escolas de Governo, visando capacitar os servidores públicos e perenizar as mudanças e inovações na gestão pública (PARIMOSCHI, 2020).

A importância do estabelecimento de parcerias entre Escolas de Governo e IES fica evidente no texto escrito por Valdemir Pires (2020). Nele, o autor examina a atuação da Escola de Governo do Município de Araraquara (EGMA), cuja singularidade reside em sua criação ter sido produto da parceria entre a Prefeitura de Araraquara (SP) e o Departamento de Administração Pública da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Finalmente, as Escolas do Legislativo recebem a atenção de William Melo, Fernando Coelho, Roberto Lamari e Nancy Thame (2020), que discutem os contextos de fundação destas Escolas em todo o país, assim como as características principais de seus formatos organizacionais e de seus modelos de T&D. Ressalte-se neste capítulo a geração de Escolas do Legislativo de âmbito local, criadas a partir de 2005, responsáveis pela modernização administrativa e pela conexão entre Poder Legislativo e sociedade civil.

O Instituto do Legislativo Paulista (ILP) é objeto de estudo de Any Ortega, Camila Pereira, Paula Pereira, Stanley Silva e Vinicius Schurgelies (2020), que focam sua leitura nos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) oferecidos pelo ILP

entre 2003 e 2018 por meio de parcerias com IES paulistas, a exemplo da já citada UNESP, da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

A terceira e última seção (“Financiamento, aspectos jurídicos e modelos formativos em Escolas de Governo no Brasil”) é iniciada com o texto de Carlos Maldonado (2020), a respeito do financiamento das Escolas de Governo na administração pública municipal, com foco na Escola de Gestão Pública do Município de Hortolândia (EGPH). Uma questão importante levantada pelo autor diz respeito ao caráter voluntário do trabalho realizado por servidores públicos em muitas Escolas de Governo, o que dificulta a atração e motivação de docentes qualificados, prejudicando as atividades de T&D. Em relação ao financiamento das Escolas de Governo municipais, Maldonado (2020) lembra que: i) a capacitação de servidores públicos depende da garantia de financiamento, sem o qual: ii) não é possível ter o mínimo de previsibilidade para o planejamento das atividades a serem realizadas no médio e longo prazos ou qualquer êxito nas ações educativas; iii) fica inviável dar continuidade e regularidade às ações de capacitação; e iv) tornar-se um obstáculo pensar em T&D nos mais variados ramos da administração pública municipal.

Irene Nohara e Rafael Oliveira (2020) discorrem sobre os desafios encontrados na contratação de pessoal nas Escolas de Governo, especialmente, em relação ao corpo docente. Os autores lembram que estes órgãos podem adotar professores, instrutores, conferencistas, entre outros profissionais, tanto pela via direta (pessoa física) quanto por pessoa jurídica, ou até mediante empresa prestadora de serviços, a exemplo de cursos de curta ou longa duração. Considerando as normas jurídicas brasileiras, Nohara e Oliveira (2020) pontuam que os docentes contratados entre os servidores públicos, em função de sua experiência profissional e formação, podem fazer jus à Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) por determinação da Lei nº 8.112/90, sem prejuízo de sua remuneração ordinária. Ressaltam, ainda, que as contratações das Escolas de Governo demandam licitação apenas nos casos em que o curso possuir um caráter básico e padronizado, sem que o instrutor ou professor contratado precise ter um conhecimento especializado. Por outro lado, quando a oferta do curso demanda um notório saber a ser aplicado tanto à concepção do curso quanto ao seu desenvolvimento, aí fica dispensada a licitação. Assim, espera-se que a Escola de Governo selecione profissionais que não

só apresentem formação compatível com suas demandas de T&D, como também se destaquem devido à sua experiência profissional, especialmente na administração pública, e ao seu domínio de estratégias e métodos de ensino.

No décimo segundo capítulo, Sandro Bergue (2020) apresenta um panorama da rede de Escolas de Contas no Brasil, considerando características centrais destes órgãos. Um dos aspectos que chama a atenção do autor é a amplitude e a capilaridade das Escolas de Contas, que parece estar relacionada com a “[...] penetração e incidência institucional que os Tribunais de Conta têm, em especial dos Estados com repercussão sobre as administrações municipais” (BERGUE, 2020, p. 266). A atuação destas Escolas ocorre, ainda segundo o autor, através de uma extensa rede que reúne 31 Escolas de Contas em todo o país, cuja direção cabe aos servidores do Tribunal de Contas (52% dos casos) com experiência profissional superior a 10 anos (95% dos casos). Tudo isso contribui para que as Escolas de Governo se desenvolvam a partir de parcerias produtivas com suas congêneres e com órgãos da administração pública, reunindo a *expertise* necessária para o melhor desenvolvimento de ações de capacitação, treinamento e formação de servidores públicos (BERGUE, 2020).

A trajetória da Escola de Governo do estado de Minas Gerais, vinculada à Fundação João Pinheiro (EG/FJP), é analisada por Kamila Oliveira, Mônica Bernardi e Maria Rodrigues (2020) no terceiro capítulo. Criada em 1992 como IES, a EG/FJP tem se destacado como instituição promotora da profissionalização do funcionalismo público, da modernização administrativa e da pesquisa no campo de Públicas (Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social), mantendo o Curso de Graduação em Administração Pública (Csap), por meio do qual são formados os Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), além de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, programas de capacitação, T&D.

No âmbito do terceiro setor, Humberto Dantas, Luana Tavares e Tadeu Barros (2020) explicitam o caso do Centro de Liderança Pública (CLP), criado em São Paulo em 2008. Conforme os autores sugerem, desde o seu nascimento, o CLP buscou apropriar-se de conceitos e perspectivas de gestão pública delineadas no contexto anglo-saxão. Como exemplos deste tipo de orientação, são citadas: i) a incorporação da lógica da Liderança Adaptativa, elaborada por professores da Escola de Governo da

Universidade de Harvard e aplicada à formação de prefeitos, secretários e subsecretários; e ii) as viagens internacionais promovidas pelo CLP através do *Master em Liderança e Gestão Pública (MLG)*, curso de pós-graduação *lato sensu* desenvolvido em parceria com o Instituto Singularidades. Dantas, Tavares e Barros (2020) interpretam que, muito embora a possibilidade de os participantes do curso MLG visitarem a Escola de Governo de Harvard e o modelo de Liderança Adaptativa fosse atrativo, eles acabaram não se convertendo em reflexões originais sobre a administração pública brasileira, demandando uma reorganização dos módulos e da própria concepção do curso de formação de líderes governamentais.

Finalmente, do décimo quinto e último capítulo, os organizadores do livro apresentam um conjunto de experiências de T&D desenvolvidas no âmbito de Escolas do Legislativo e de Escolas de Governo, privilegiando instituições estabelecidas no estado de São Paulo e em seus municípios. Entre as questões abordadas neste capítulo, é importante citar: i) a aproximação entre Poder Legislativo e sociedade civil, viabilizada pela formação política de crianças e adolescentes, convidados a participarem de atividades realizadas no parlamento; ii) a possibilidade dos servidores públicos concluir seus estudos por meio da participação nos projetos mantidos pelas Escolas de Governo; iii) o fomento à pesquisa relativa às atividades legislativas e à história política da Câmara Municipal; iv) a profissionalização e capacitação com alcance ampliado, incluindo todos os escalões da burocracia, desde os dirigentes até aos supervisores e servidores que lidam diretamente com os usuários dos serviços públicos; e v) o empenho de Escolas do Legislativo e do Governo no sentido de conferir maior transparência à administração pública, convidando o cidadão para participar da elaboração das ações de planejamento e da avaliação de políticas públicas.

O livro em tela mostra o quanto as diversas Escolas de Governo têm evoluído no Brasil, assumindo parcerias entre si, através da formação de redes, além de parcerias com órgãos do terceiro setor, do governo e do meio universitário. Os relatos apresentados neste livro são evidências da importância que as Escolas de Governo adquiriram na modernização da administração pública, bem como na formação, capacitação e treinamento dos servidores públicos. Nesse sentido, e para finalizar esta resenha, eu gostaria de convidar o leitor a conhecer a Escola de Gestão e Políticas Públicas (EGPP) da Fundação CEPERJ. Embora esta organização não tenha sido

abordada no livro em destaque, ela vem realizando um trabalho fundamental para a administração pública fluminense, formando e capacitando os servidores e gestores públicos de todo o estado do Rio de Janeiro.

De acordo com Leonardo Mazzurana, Vivian Zampa e Márcia Flor (2022), uma iniciativa importante desenvolvida pela EGPP, em parceria com a Subsecretaria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Casa Civil do governo fluminense, é o curso “Ambiente-se Servidor. Noções de Administração Pública”, ou, como ficou conhecido entre os servidores, “Ambiente-se”. Segundo os autores, o curso foi planejado com o fim de suprir uma demanda por T&D de funcionários públicos ocupantes de cargos comissionados ou deslocados para um novo cargo ou função sem estarem familiarizados com o novo ambiente de trabalho. Criado em 2021, no bojo da aprovação do Decreto nº 47.686/21, que instituiu a Política de Capacitação de Pessoas no estado do Rio de Janeiro, o curso revelou-se como mais uma das ações educativas de sucesso da Escola de Governo da Fundação CEPERJ, capacitando, em menos de um ano de duração, mais de 4.946 servidores. Oferecido através da plataforma digital da EGPP, com carga horária de cinco horas, o “Ambiente-se” introduz os servidores públicos em conteúdos relativos à: Administração Pública; Agentes Públicos; Direitos e Vantagens; Deveres e Penalidades; e Normativos, temas estes que, até então, eram desconhecidos por 35% dos participantes.

Para finalizar esta resenha, convido o leitor a conhecer um pouco mais da experiência e trajetória das Escolas de Governo brasileiras, tal como é proposto pelo livro *Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos* (2020) e pelo trabalho apresentado por Mazzurana, Zampa e Flor (2022) a respeito da Escola de Governo da Fundação CEPERJ. As lições aprendidas nestes espaços revelam que, muito embora haja desafios sensíveis ao amadurecimento institucional das Escolas de Governo, a exemplo da ausência ou fragilidade de orçamento próprio, da carência de uma infraestrutura e de pessoal remunerado, além da própria rotatividade dos gestores públicos, é possível encontrar muitas práticas exitosas de educação corporativa, pesquisa e formação cidadã. Aproveitando as possibilidades trazidas pelo uso das novas TICs e com os olhos voltados para a adaptação das ações de T&D frente às necessidades da administração e dos servidores públicos, as Escolas de Governo têm se adaptado relativamente bem ao cenário conturbado de pandemia. Quem tem a ganhar

com a valorização destas organizações é o servidor público, treinado, motivado, engajado, mas também o cidadão que pode avaliar a qualidade dos serviços oferecidos na ponta, participando de cursos de formação política, do planejamento de políticas públicas e do controle dos atos dos gestores públicos.

REFERÊNCIAS

BERGUE, Sandro Trescastro. Panorama da Rede de Escolas de Contas no Brasil. *In*: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 263-276.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998**. Modifica o regime e dispõe sobre princípio e normas da Administração Pública, Servidores e Agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm. Acesso em: 5 out. 2022.

CARNEIRO, José Mario Brasiliense & BRITO, Eder dos Santos. Oficina Municipal: formar cidadãos e gestores para o bem comum. *In*: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 39-68.

COELHO, Fernando de Souza & LEMOS, Murilo. Escolas de Governo: conceitos, panorama no Brasil e uma agenda para o nível local. *In*: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 17-38.

COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020.

COELHO, Fernando de Souza *et al.* Experiências de Escolas de Governo e do Legislativo no Brasil. *In*: **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 319-358.

DANTAS, Humberto; TAVARES, Luana; BARROS, Tadeu. Centro de Liderança Pública (CLP): um hub de formação e sua pós-graduação de alcance nacional. *In*: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 301-3018.

IPEA. **Atlas do Estado Brasileiro**. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/139>. Acesso em: 5 out. 2022.

JANOTTI, Daniela & CARDOSO, Fabio Jungmann. Escola de Governo do Estado de São Paulo: fragmentos de sua história. *In*: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 69-88.

KEGELMANN, Jürgen & LAUTH, Gehard. Escola Superior de Gestão Pública de Kehl: formação de agentes públicos na Alemanha. *In*: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 89-114.

MALDONADO, Carlos. Financiamento das Escolas de Governo na administração pública municipal. *In*: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 215-242.

MAZZURANA, Leonardo; ZAMPA, Vivian; FLOR, Márcia. **“Ambiente-se”**: uma experiência educacional da Escola de Governo do Rio de Janeiro para a profissionalização dos servidores estaduais em 2021. Trabalho apresentado no painel 7 – Escolas de Governo, do XI Congresso CONSAD de Gestão Pública, realizado em Brasília/DF, entre os dias 22, 23 e 24 de março de 2022.

MELO, William Maximiliano Carvalho de *et al.* Escolas do Legislativo: a experiência nos municípios. *In*: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 173-192.

NOHARA, Irene Patrícia & OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima de. Aspectos jurídicos e administrativos das Escolas de Governo: desafios para contratações. *In*: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 243-262.

OLIVEIRA, Kamila Pagel de; BERNARDI, Mônica Moreira Esteves; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro: da graduação ao desenvolvimento de competências. *In*: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 277-300.

ORTEGA, Any Marise *et al.* A experiência do Instituto do Legislativo Paulista em nível de pós-graduação. *In*: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 193-214.

PARIMOSCHI, José Antonio. Inovação na gestão pública de Jundiá: aprendizagens intersetoriais. *In*: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e**

capacitação de agentes públicos. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 133-150.

PIRES, Valdemir. Escola de Governo em Araraquara: parceria entre prefeitura e universidade. *In*: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos.** São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 151-172.

RANZINI, Milena de Senne. Panorama das Escolas de Governo municipais no Estado de São Paulo. *In*: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos.** São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020, p. 115-132.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.